

CORUMBAENSE REUNIDA S.A.

CNPJ: 03.327.988/0001-96



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Senhores Acionistas, A administração da Mineração Corumbaense Reunida S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Ao encerrarmos o exercício social de 2021 a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Vale S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho. Corumbá - MS, 4 de abril de 2022.

Antônio Sérgio da Silva Mello - Diretor-Presidente

Odilon Rodrigues Silva - Diretor

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				BALANÇO PATRIMONIAL			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				Em milhares de outra forma				Em milhares de reais			
Exercícios findos em 31 de dezembro de				Exercícios findos em 31 de dezembro de				31 de dezembro de			
Notas				Notas				Notas			
2021				2021				2021			
2020				2020				2020			
Receita de vendas, líquida	4	1.326.681	711.682	Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(3.354)	(606.932)	Ativo				
Custo dos produtos vendidos	5 (a)	(926.501)	(717.218)	Ajustado por:			Ativo circulante				
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>398.180</b>	<b>(5.538)</b>	Depreciação, amortização e exaustão	14	116.426	Caixa e equivalentes de caixa	11	420.874	35.349	
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				Ajuste a valor realizável de estoques	13	(53.643)	Contas a receber	12	31.411	27.655	
Pesquisa e desenvolvimento		(9.217)	(11.011)	Provisão (reversão) de processos judiciais	15	(126)	Estoque	13	125.949	119.513	
Reversão de provisão para contratos onerosos	6	228.790	-	Obrigações para desmobilização de ativos		58.557	Outros		7.932	5.853	
Redução ao valor recuperável de ativos	6	(441.296)	-	Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas		201.592			<b>586.166</b>	<b>188.370</b>	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5 (b)	7.502	(74.478)	Reversão de provisão para contratos onerosos	6	(228.790)	<b>Ativo não circulante</b>				
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		<b>183.959</b>	<b>(91.023)</b>	Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes	6	441.296	Contas a receber - Partes relacionadas	12	32.306	28.377	
Receitas financeiras	7	20.519	8.825	Baixa de ativo imobilizado	14	462	Tributos a recuperar	10	8.967	14.087	
Despesas financeiras	7	(207.826)	(524.728)	Outros		(14.316)	Tributos sobre o lucro a recuperar	9 (b)	24.966	11.317	
Resultado de participações em controladas e coligadas	8	(6)	(10)	<b>Variações de ativos e passivos:</b>			Depósitos judiciais	16	26.082	24.874	
<b>Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(3.354)</b>	<b>(606.932)</b>	Contas a receber		(7.695)			<b>92.321</b>	<b>78.655</b>	
<b>Tributos sobre o lucro</b>	9			Estoque		47.207	Intangíveis	14	-	1.034	
Tributo corrente		(68.185)	-	Tributos a recuperar		5.120	Imobilizado	14	-	451.079	
Tributo diferido		(3.291)	-	Tributos sobre o lucro a recuperar		(13.649)			<b>92.321</b>	<b>530.768</b>	
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(74.830)</b>	<b>(606.932)</b>	Fornecedores		62.727	<b>Total do ativo</b>		<b>678.487</b>	<b>719.138</b>	
<b>Prejuízo básico e diluído por ação – Em R\$</b>		<b>(17,34)</b>	<b>(140,61)</b>	Salários e encargos sociais		6.302	<b>Passivo</b>				
				Tributos a recolher		3.077	<b>Passivo circulante</b>				
				Tributos sobre o lucro a recolher		24.496	Fornecedores	12	151.830	89.541	
				Contratos onerosos	6	-	Arrendamento	14	5.017	4.743	
				Arrendamento (juros)	14	(4.678)	Salários e encargos sociais		31.578	25.276	
				Obrigações para desmobilização de ativos	15	(3.998)	Tributos a recolher		7.903	4.826	
				Processos judiciais		(1.187)	Provisão para contratos onerosos	6	92.068	89.286	
				Outros ativos e passivos, líquidos		(4.106)	Outros		2.749	3.570	
				<b>Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>573.173</b>			<b>291.145</b>	<b>217.242</b>	
				Impostos pagos		(92.681)	<b>Passivo não circulante</b>				
				<b>Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>480.492</b>	Fornecedores - Partes relacionadas	12	4.309	3.320	
				<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>			Arrendamento	14	75.398	80.415	
				Adições ao imobilizado e intangível	14	(90.224)	Provisão para contratos onerosos	6	1.657.230	1.696.436	
				<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(90.224)</b>	Provisões para processos judiciais	16	46.488	42.141	
				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b>			Obrigações para desmobilização de ativos	15	232.962	235.461	
				Transações com acionistas:			Adiantamento para futuro aumento de capital	18	189.052	189.052	
				Arrendamento (principal)	14	(4.743)	Tributos diferidos sobre o lucro		3.291		
				Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	Outros		7.993	9.622	
				<b>Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>(4.743)</b>			<b>2.216.723</b>	<b>2.256.447</b>	
				Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício		385.525	<b>Total do passivo</b>		<b>2.507.868</b>	<b>2.473.689</b>	
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		35.349	<b>Total do passivo a descoberto</b>	17	<b>(1.829.381)</b>	<b>(1.754.551)</b>	
				<b>Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício</b>		<b>420.874</b>	<b>Total do passivo e passivo a descoberto</b>		<b>678.487</b>	<b>719.138</b>	
				<b>Transações que não envolveram caixa:</b>							
				Adição ao imobilizado - Arrendamento (CPC 06)	14	-					
				Passivo de arrendamento (CPC 06)		(1.645)					
				Adições ao imobilizado com custo da desmobilização do ativo	14	(1.499)					
				Obrigações para a desmobilização de ativos		1.499					
				Adições para compensação ambiental	14	(276)					
				Obrigações para compensação ambiental		276					
						989					



MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA S.A.

CNPJ: 03.327.988/0001-96

arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

**Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Reservas minerais e vida útil das minas** - As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Sociedade assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Sociedade. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custos dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de redução ao valor recuperável de ativos não circulantes.

**15. Obrigações para desmobilização de ativos:** Referem-se aos custos esperados para o fechamento das minas e desativação dos ativos minerários vinculados. As variações na provisão para obrigações para desmobilização de ativos e as taxas de juros de longo prazo (ao ano, utilizadas para desconto a valor presente e atualização da provisão) foram demonstrados a seguir:

	2021	2020
Saldo em 01 de janeiro de	235.461	43.811
Liquidações	(3.998)	(5.149)
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa (i)	1.499	138.242
Adição de provisão (ii)	-	58.557
Saldo em 31 de dezembro	232.962	235.461

(i) Em 2020, refere-se basicamente à revisão do fluxo de caixa projetado da Barragem de Gregório no montante de R\$ 66.914 e a revisão das áreas consideradas no cálculo da Bacia de Pé da Serra e Alto da Serra impactando em um montante de R\$ 21.760. Os demais itens que contribuíram para a variação total de R\$ 138.242 são individualmente insignificantes. (ii) Em 2020, a Sociedade revisou a vida útil dos ativos e, consequentemente, reduziu o período do fluxo de caixa projetado, cujos impactos foram refletidos nas despesas operacionais. A Sociedade utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura as obrigações da descontinuação de uso de ativos. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações. As taxas de juros de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização das obrigações para desmobilização de ativos foram de 5,48% a.a. e 3,54% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

**Política contábil:** A provisão refere-se aos custos para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados. No reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e a depreciação mensurada na mesma base dos bens a que se refere e reconhecida no resultado do exercício. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto de longo prazo livre de risco aplicável ao passivo e registrado contra o resultado do exercício, como despesa financeira e é liquidado quando do início do desembolso de caixa ou contração de obrigação a pagar referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários.

**Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Sociedade reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A Sociedade considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão da mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

**16. Processos judiciais:** A Sociedade é parte envolvida em ações trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Sociedade, amparada pela opinião de consultores legais. Passivos contingentes consistem em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada como possível, as quais o reconhecimento de provisão não é considerado necessário pela Sociedade, baseado nos consultores legais. Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Provisões para processos judiciais		Passivos contingentes		Depósitos judiciais	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Processos cíveis	35.363	29.326	67.883	55.029	527	441
Processos ambientais	260	255	21.191	26.088	116	95
Processos tributários	3.057	3.102	93.651	81.963	22.163	20.210
Processos trabalhistas	7.808	9.458	33.869	33.131	3.276	4.128
Total	46.488	42.141	216.594	196.211	26.082	24.874

Aos Administradores e Acionistas Mineração Corumbaense Reunida S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Corumbaense Reunida S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Corumbaense Reunida S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras** A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações

**a) Provisão para processos judiciais:** As principais provisões de natureza cível se referem a: (i) processo relativo a contrato de arrendamento de propriedade rural, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.567 (R\$ 3.715 em 2020); (ii) processo movido pelo Ministério Público Eleitoral em face da Sociedade cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.183 (R\$ 953 em 2020); e (iii) ação de indenização pelos prejuízos decorrentes de pesquisa e lavra, e pagamento de renda pela ocupação do solo, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 29.368 (R\$ 24.458 em 2020).

**b) Passivos contingentes:** Os principais passivos contingentes são: **Processos ambientais** - A Sociedade é parte em ações civis públicas promovidas pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) por supostos danos ao meio ambiente causados pela redução do escoamento de água e interrupção de vazão natural de córregos. O valor atualizado do referido processo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 20.833 (R\$ 25.708 em 2020). **Processos cíveis** - A Sociedade é ré em processo movido pelas ações monitorias e ordinárias. O valor atualizado dos referidos processos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 67.867 (R\$ 55.029 em 2020). **Processos tributários** - A Sociedade é ré em processos movidos pela Agência Nacional de Mineração (ANM) através da Notificação Fiscal De Lançamento De Débito para Pagamento (NFLDP), além de Execuções Fiscais e Ações Anulatórias de. O valor atualizado dos referidos processos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 42.787 (R\$ 38.806 em 2020). **Processos tributários** - A Sociedade é ré em processos movidos pelo estado do Mato Grosso do Sul referente a cobrança de imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O valor atualizado dos referidos processos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 35.980 (R\$ 23.607 em 2020).

**Política contábil:** Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

**Estimativa contábil:** Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

**17. Passivo a descoberto: a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social é de R\$ 502.573, correspondendo a 171.816.481 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 2020, foi realizada a integralização de capital no valor de R\$ 167.500 mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital social.

**b) Prejuízos acumulados** - Em 2021, a Sociedade apresentou prejuízo no montante de R\$ 74.830, elevando o total de prejuízos acumulados para R\$ 2.677.466.

**Política contábil: Adiantamento para futuro aumento de capital** - São contribuições de recursos realizados pelos acionistas da Sociedade e classificados como instrumentos financeiros até que o aumento de capital seja deliberado e aprovado em assembleia geral. A Sociedade mantém no passivo a descoberto o montante de R\$ 340.420, relativo a adiantamento para futuro aumento de capital, com ato societário protocolado na Agência Nacional de Mineração ("ANM") e com um número fixo de ações a serem convertidas, aguardando assentimento prévio para ser capitalizado.

**18. Partes relacionadas:** Representadas pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
<b>Ativo não circulante</b>		
Contas a receber com partes relacionadas - Vale S.A. (i)	31.608	26.695
Contas a receber com partes relacionadas - Vale International S.A. (i)	-	34
Contas a receber com partes relacionadas - Outras	698	1.648
	<b>32.306</b>	<b>28.377</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Contas a pagar com partes relacionadas - Transbarge Navegacion S.A. (ii)	514	396
Contas a pagar com partes relacionadas - Vale S.A.	3.604	2.625
Contas a pagar com partes relacionadas - Vale Energia S.A.	191	299
Adiantamento para futuro aumento de capital - Vale S.A.	189.052	189.052
	<b>193.361</b>	<b>192.372</b>
<b>Passivo a descoberto</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital - Vale S.A.	340.420	340.420
	<b>340.420</b>	<b>340.420</b>

(i) Os saldos a receber com a Vale e Vale International S.A. são provenientes basicamente da comercialização de minério de ferro e minério de manganês. (ii) Refere-se à contratação de transporte fluvial.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2021	2020
<b>Receita bruta</b>		
Receita de vendas - Vale International S.A.	156.935	322.040
Receita de vendas - Vale S.A.	355.964	66.981
Receita de vendas - Outros	7.957	4.823
	<b>520.856</b>	<b>393.844</b>
<b>Custo do produto vendido</b>		
Custo do produto vendido - Transbarge Navegacion S.A.	(43.195)	(93.725)
Custo do produto vendido - Vale Energia S.A.	(2.031)	(2.942)
	<b>(45.226)</b>	<b>(96.667)</b>
	(5.737)	7.497

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes. Caso esses contratos tivessem sido estabelecidos com terceiros, os termos contratuais poderiam ser diferentes dos firmados com as partes relacionadas. A remuneração dos administradores da Sociedade foi paga integralmente por sua controladora, sem o respectivo reembolso. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

**19. Classificação dos instrumentos financeiros:** A classificação dos ativos e passivos financeiros por moeda é a seguinte:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Custo amortizado	em R\$ em US\$	Custo amortizado	em R\$ em US\$
Caixa e equivalentes de caixa	420.874	420.498	376	35.349 35.344 5
Contas a receber	63.717	55.325	8.392	56.032 45.927 10.105
Total dos ativos financeiros	<b>484.591</b>	<b>475.823</b>	<b>8.768</b>	<b>91.381 81.271 10.110</b>
Fornecedores	156.139	123.704	32.435	92.861 91.139 1.722
Arrendamento	80.415	80.415	-	85.158 85.158 -
Salários e encargos sociais	31.578	31.578	-	25.276 25.276 -
Adiantamento para futuro aumento de capital	189.052	189.052	-	189.052 189.052 -
Total de passivos financeiros	<b>457.184</b>	<b>424.749</b>	<b>32.435</b>	<b>392.347 390.625 1.722</b>

**Política contábil:** A Sociedade classifica os ativos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL") a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Sendo que na data base destas demonstrações financeiras a Sociedade somente possui instrumentos financeiros classificados como custo amortizado. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.


**20. Gestão de riscos: a) Gestão de risco de liquidez e capital** - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Caso a Sociedade tenha dificuldade para liquidar seus compromissos, a Vale suprirá a defasagem de caixa.

**b) Gestão de risco de crédito** - A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável. (i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial. (ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

**c) Gestão de risco de mercado** - A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros e risco de preços de produtos e insumos. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

MEMBROS DA DIRETORIA E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	
<b>DIRETORES</b>	
Antônio Sérgio da Silva Mello - Diretor-Presidente	Odilon Rodrigues Silva - Diretor
<b>RESPONSÁVEIS TÉCNICOS</b>	
Almir Alves da Paz - TC-CRC-RJ 061231/O-6	Cecilia Fernandes Albuquerque - Gerente de Controladoria

para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2022	
 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP00160/O-5	Patricio Marques Roche Contador CRC 1RJ081115/O-4